

DWORKIN, Ronald. *Religion without God*.
Cambridge: Harvard University Press, 2013, 180 p.

RODRIGO COPPE CALDEIRA*

Ronald Dworkin, um dos mais conhecidos e respeitados filósofos do Direito do século XX, faleceu no início de 2013. Deixou uma obra imensa e bastante comentada, situada teoricamente pelos seus analistas entre aquelas que marcam o pensamento do pós-positivismo jurídico. A questão da religião nunca foi uma de suas preocupações centrais, aparecendo de forma adjacente. Contudo, Dworkin deixou algumas reflexões sobre a questão religiosa publicadas em sua última obra, *Religion without God*. Baseada na *Einstein Lectures* na Universidade de Bern em dezembro de 2011, a obra traz a compreensão que o filósofo construiu sobre o fenô-

meno religioso em algumas de suas manifestações e questões.

Dividido em quatro capítulos, Dworkin parte da questão, que funciona como o fio condutor de suas reflexões, sobre o que é a religião e qual o lugar de Deus nela. No primeiro capítulo – *Religious atheism?* –, Dworkin defende preliminarmente a ideia de que “a belief in a god is only one possible manifestation or consequence of that deeper worldview”, e de que “the religion is a deeper than God” (p. 1). Assim, a religião não se resume ao conhecido teísmo, e não significa necessariamente a crença em Deus. Pergunta, aceitando que exista alguém que pode ser religioso sem a

* Historiador, doutor em Ciência da Religião (UFJF) e professor adjunto III da PUC-Minas. Editor-associado da *Horizonte - Revista de Estudos em Teologia e Ciências da Religião* da PUC-Minas. Publicou o livro *Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*. Curitiba: CVR, 2011. E-mail: rcope@pucminas.br

crença num deus, o que significa ser religioso. Qual a diferença entre uma atitude religiosa e uma não-religiosa? Segundo Dworkin, “If we can separate God from religion – if we can come to understand what the religious point of view really is and why it does not require or assume a supernatural person – then we may be able to lower, at least, the temperature of these battles by separating questions of Science from questions of value” (p. 9). Para o filósofo, as guerras religiosas tornaram-se contemporaneamente “guerras culturais” (*culture wars*), que giram fundamentalmente em torno das questões sobre os significados da vida humana e o que é o “bem viver”. Para ele, os valores humanos não dependem da existência de nenhum deus. Ao tentar responder sobre o que é religião, Dworkin afirma que a atitude religiosa tem como característica a aceitação da objetividade da verdade, que pode ser apontada por dois julgamentos sobre o valor. O primeiro afirma que a vida humana tem valor e importância objetivos. O segundo, que o que chamamos de “natureza” não é apenas uma realidade de fato, mas é ela mesmo sublime: “I shall take these two – life’s intrinsic meaning and nature’s intrinsic beauty – as paradigms of a fully religious attitude to life” (p. 11). Dworkin também afirma que a atitude religiosa

rejeita o naturalismo, que defende que nada é real exceto aquilo que pode ser estudado pelas ciências naturais. O filósofo diz que existem valores religiosos que não estão ligados a nenhuma “convicção piedosa” (*godly conviction*), como obrigações de adoração, oração e obediência ao Deus endossado pela religião. Mais adiante, avança ao afirmar que a vida humana não tem valor só por que um deus amoroso existe. E mais: “There is no bridge from any story about the creation of the firmament, or the heavens and earth [...] to the enduring value of friendship and family or the importance of charity or the sublimity of a sunset” (p. 25).

Afirmando não estar a falar contra as religiões abraâmicas ou contra um deus pessoal, Dworkin diz-se em favor do argumento de que a existência de um deus não faz diferença para a verdade de alguns valores religiosos. (p. 25) Eles podem existir sem a presença de um deus. Como diz no início da obra, “the familiar stark divide between people of religion and without religion is too crude. Many millions of people who count themselves as atheists have convictions and experiences similar to and just as profound as those that believers count as religious” (p. 2).

No segundo capítulo – *The universe* –, Dworkin reflete sobre

a beleza do mundo e como se dá a reação do naturalista e do ‘religioso’, agora entendido como alguém que não necessariamente tem uma religião específica. Parte de algumas posições de Einstein, que teria afirmado que “the center of true religiousness’ is an appreciation of the ‘radiant beauty’ of the universe” (p. 49), além de que “the most beautiful thing we can experience is the mysterious. It is the source of all true art and science” (p. 49). Dworkin acredita que a palavra “beleza” é capaz de captar o fenômeno que ele visa explorar a partir da leitura de alguns cientistas que, na sua maioria, compartilham de certa forma aquilo que chama de a “beleza da natureza”. Em nenhuma dessas leituras, segundo o filósofo, encontrou-se qualquer sugestão ou insinuação de que o universo é belo somente porque um deus o criou. Os autores não negam a criação divina, mas declaram que o universo “writ infinitely large and infinitely small, is beautiful in itself, quite independently of who, if anyone, made it. They declare it objectively beautiful” (p. 51). Para Dworkin, esses autores não responderam adequadamente uma das perguntas que conduz o capítulo em tela: “what role does that faith in objective beauty play in any physicist’s actual research and speculation?” (p. 52). A outra questão é sobre “What

kind of beauty could (...) the physicists be thinking of? What kind of beauty can they hope to find in the dance of galaxies and quarks? [...] Which of many types of beauty can we plausibly hope to find in the cosmos or in an atom?” (p. 52). São essas as questões que Dworkin persegue no capítulo, oferecendo amplo debate entre os físicos e filósofos que cita, como Platão, Santo Agostinho, Gottfried Leibniz, Stephen Hawkin e o brasileiro Marcelo Gleiser, para quem somente a vida humana, não o universo inanimado, pode ter algum valor intrínseco e que defende poder haver beleza em nossas vidas e no que nós fazemos, mas não em átomos e galáxias inconscientes (p. 61).

No terceiro capítulo – *Religious freedom* – Dworkin realiza uma análise deste tema tão candente da contemporaneidade. Inicia-o, trazendo as palavras do Artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a *First Amendment* da constituição norte-americana, que apontam as garantias de que todos os homens têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião e suas manifestações, além de, embora não universalmente, entenderem que os governos não devam declarar nenhuma religião

como oficial do Estado, nem subsidiar nenhuma delas. O que causa, lembra o filósofo, “dramáticas consequências políticas”. “Is religion limited, for these documents, to opinions about the existence or nature of a god? Or does religion include all religious convictions including those that, an atheist may hold?” (p. 106). Dworkin responde afirmativamente a primeira pergunta, afirmando que “the right was still understood as the right to make one’s own choice about the existence and nature of god” (p. 108). Decisões da Suprema Corte norte-americana, entre outras, estendem a proteção aos grupos que se consideram como “religiões sem deus”, como a *Ethical Culture Society*. Assim, partindo da reflexão jurídica, Dworkin afirma que a interpretação básica dos conceitos constitucionais não depende de uma compreensão ordinária ou de definições de dicionários. Conceitos como liberdade, dignidade, igualdade, religião, e tantos outros, são usados pelos juristas para decidir o que deve ser protegido como direito constitucional e humano. Levando em consideração o que disse anteriormente – que se deve considerar a variedade e a importância das convicções pessoais adotando uma concepção de religião mais profunda daquela que vem do teísmo – o filósofo afirma:

“We must reject any account of the nature or scope of religion that would make a distinct right to religious freedom silly or arbitrary”. (p. 109). Assim, a questão pode ser confrontada de maneira diferente, como uma questão de moralidade política, e com profundidade filosófica. É a liberdade religiosa algo que diz respeito apenas à questão de Deus? Eis a questão que passa a nortear a reflexão de Dworkin. Para ele, é necessário identificar os interesses dos grupos humanos, interesses tão importantes que mereçam uma proteção especial contra injúrias oficiais ou não. Assim, a questão que deve ser feita é: “Can we identify any special interest that people have because they believe in a god that they would not have if, like Einstein and millions of others, they subscribe to a religion without god?” (p. 111-112). Para o filósofo, cada pessoa, possuindo ou não uma crença num Deus, tem uma responsabilidade ética inescapável com sua própria vida que inclui questões morais sobre que tipo de vida quer levar. Dworkin acredita que não há justificativa para oferecer à religião um direito de proteção especial exclusivo para o que chama de “religiões teístas”. É necessário, para ele, expandir o escopo do direito para refletir uma melhor justificativa. Mas como? Declarando que as pessoas têm o direito, em prin-

cípio, de exercitar as suas convicções profundas sobre a vida e suas responsabilidades, derivando ou não na crença num deus, e que o governo deve permanecer neutro em relação a elas (p. 117). Por isso, “if we dicided that all religious attitudes are entitled to special protection, we would need a more restrictive definition of a religious attitude than I have so far provided” (p. 118). Dworkin lembra de uma definição que propôs na sua obra *Freedom's law: the moral Reading of the American Constitution*: “Religious attempt to answer the deeper existential question by connecting individual human lives to a transcendent objective value” (p. 121). E para tal definição considerou um texto do Concílio Vaticano II (1962-1965), a declaração *Nostra aetate* sobre a Igreja e as religiões não-cristãs.

No quarto e último capítulo – *Death and immortality* –, Dworkin deixa algumas reflexões sobre o tema da morte e a imortalidade. Para ele, “life after death actually only means something – anything – that is not what we desperately dread: the total, obliterating, itself unimaginable, snuffing out of everything” (p. 150). Uma das questões que perpassam o capítulo refere-se ao fundo moral que atravessa a crença na vida *post mortem*. Dworkin não compreende e acha estranho a “lógica” pela qual

se possibilita a chegada dos “bons” ao paraíso e o inferno aos “maus”. Só a entende na medida que se pensa em Deus como um Deus punitivo. Segundo ele, somos capazes de pensar nossa mortalidade de várias maneiras, sendo uma delas aquela que fala sobre o “juízo final”. Dworkin argumenta que a perspectiva pressupõe a ideia daquilo que seja o “bem”, “an objective ethical and moral truth that someone might be sensibly be thought to be an expert about” (p. 155). Retomando a linha de raciocínio que marca o livro, afirma que tal compreensão prévia não depende de qualquer suposição teísta. É válida tanto para o ateu quanto para o teísta. Tal ponto é crucial para o autor, pois o que importa mais fundamentalmente para se levar uma “vida boa” é a convicção de que existe um jeito certo de se viver. Essa é uma atitude religiosa frente à vida, segundo Dworkin.

A provocativa obra é uma oportunidade de se adentrar no pensamento de Dworkin, e a partir de suas breves reflexões, penetrar nos questionamentos que se aprofundam nos dias de hoje em torno de temas que se relacionam diretamente com a constituição dos Estados democráticos de direito no Ocidente e as compreensões sobre os seus papéis no que tange o lugar das religiões – teístas ou ateístas – no espaço público.